


## A pedagogia hospitalar e seu olhar inclusivo

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.018-069>

**Janine Marta Coelho Rodrigues**

Doutora em educação e professora da Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: [jmcoelho@tg.com.br](mailto:jmcoelho@tg.com.br)

**Myrella Gomes de Moura**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: [myrella1999@hotmail.com](mailto:myrella1999@hotmail.com)

---

### RESUMO

A discussão sobre a Pedagogia Hospitalar vem crescendo nos últimos anos, tendo em vista sua visível importância neste ambiente alternativo de aprendizagem. Com isso, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a formação do/a pedagogo/a para atuar no contexto hospitalar, considerando um pouco da história e do contexto brasileiro, dentro do atual paradigma educacional inclusivo. Com tal entendimento, buscou na pesquisa de natureza qualitativa, uma revisão bibliográfica sobre o tema, acrescida de um estudo de caso ilustrado a partir de uma experiência com Pedagogia Hospitalar realizada no Hospital Universitário Lauro Wanderley, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os resultados demonstraram que, de fato, o Projeto de extensão universitária “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado: Trabalho Alternativo para o Pedagogo” se caracteriza como importante espaço para formação do/a pedagogo/a, dentro de uma visão inclusiva de educação. E, embora não componha oficialmente o campo de estágio dos estudantes de Pedagogia, vem cumprindo essa função por meio da extensão universitária.

**Palavras-chave:** Pedagogia, Hospitalar, Inclusão.



## 1 INTRODUÇÃO

A profissão de Pedagogo/a é tão antiga quanto os processos educacionais concebidos sob o ponto de vista mais formal. Desde a Grécia antiga, esta função educativa sistemática era atribuída a alguém em particular, geralmente um escravo ou servo, a fim de que ele conduzisse a educação da criança que era deixada sob seus cuidados. Então, desde a Antiguidade, já se entendia que essa era uma função que exigia alguma habilidade, planejamento, tempo etc. Logo, não poderia ser feito sem que houvesse dedicação à tarefa. Mas, é somente no século XVII que Comenius daria à Pedagogia o seu caráter mais formal e científico (Saviani, 2007).

É evidente que aqui nosso objetivo não é divagar sobre a história da Pedagogia, pois precisaríamos nos dedicar tão somente a esse propósito. Nosso esforço se dá tão somente no sentido de destacar a importância da profissão, independente de época ou contexto e contribuir para que possamos refletir sobre o papel da Pedagogia Hospitalar, ainda pouco conhecida e valorizada nos cursos de formação do Brasil.

Sabe-se que da Antiguidade para cá, muita coisa mudou e a especialização em torno da função pedagógica e de seu papel social, também. Nesse contexto, o papel do/a pedagogo/a passa a ser visto sob novos ângulos e dimensões. A ação da Pedagogia se amplia porque também se amplia o olhar sobre a educação no mundo hodierno. No último século, a Pedagogia adentra outros espaços, tais como: empresa, hospital, presídio, ONG, envolvendo o setor público, privado e o terceiro setor. Aqui, nos interessa mais de perto refletir sobre a Pedagogia Hospitalar e seu compromisso com o paradigma inclusivo.

Se, por um tempo, a Pedagogia como ciência ficou circunscrita à escola, hoje, sabe-se que esse profissional alcança cada vez mais espaço, a partir das demandas que surgem em ambientes distintos, onde se carece de um olhar voltado ao planejamento e a execução de atividades pautadas nos saberes da educação enquanto ciência ou como arte. No entanto, ainda é importante aprofundar o tema, pois é preciso “desmistificar a ideia de que esse profissional só pode atuar” em ambientes escolares, conforme adverte Silva *et al* (2017, p. 3).

Com base nessas considerações, objetivamos nesse artigo, refletir sobre a formação do/a Pedagogo/a para atuar no contexto hospitalar, considerando um pouco da história e do contexto brasileiro, mas, ressaltando, sobretudo, com o paradigma da inclusão educacional. Assim, pretendemos analisar a experiência do projeto “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado: Trabalho Alternativo para o Pedagogo” desenvolvido no Hospital Universitário Lauro Wanderley, hospital universitário da UFPB para aprofundar se, de fato, consiste numa experiência de Pedagogia hospitalar e a mesma relaciona-se com os ideais da inclusão.

## 2 A PEDAGOGIA HOSPITALAR E SUAS ORIGENS

Para Holtz (2006), a Pedagogia enquanto ciência, se volta para o estudo e aplicação de doutrinas e princípios que visam “um programa de ação em relação à formação, aperfeiçoamento e estímulo de todas as faculdades da personalidade das pessoas, de acordo com ideais e objetivos” previamente definidos (Holtz, 2006, p. 6). Sendo assim, a ação do pedagogo e da pedagoga não se limita apenas às escolas.

Nesse sentido, compreende-se que, como ciência, a Pedagogia tem por objeto de estudo a educação, bem como seus métodos e princípios – e estes não se circunscrevem, apenas, à educação escolar. Portanto, trata-se de uma área de estudo que se debruça sobre as teorias do ensino e da aprendizagem, cujo campo social e político se dá em diferentes esferas, e que hoje se comprometem com a educação como direito de todos e todas, conforme os preceitos inclusivos.

Sob o ponto de vista mundial, Oliveira (2013) considera, ainda, que o atendimento em Pedagogia Hospitalar surgiu em meados do século XX na França, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, quando cresceu o número de crianças e adolescentes internos, por períodos mais longos, em razão das sequelas provocadas por esse conflito de grandes proporções. Portanto, a Pedagogia Hospitalar (PH), nasce da necessidade de responder às necessidades reais da população. Mas, não de qualquer grupo, se volta para os excluídos – doentes, sequelados.

De tal modo, para Kochem (2019), as primeiras iniciativas nos hospitais da França, mais especificamente na cidade de Paris, ocorreram por volta do ano de 1935, com a instalação da primeira classe hospitalar do mundo. Segundo o autor, a iniciativa partiu de *Henri Sellier*, urbanista, político e ex-ministro da Saúde, podendo ser considerado o pioneiro na área da educação hospitalar. Tal iniciativa, então, foi uma resposta aos resultados da Segunda Guerra Mundial que deixou muitas crianças e adolescentes impossibilitados de comparecer às escolas – os excluídos - com sequelas físicas e emocionais, e por isso, com necessidade de longos períodos de internação. Esse foi, portanto, um elemento propulsor da Pedagogia Hospitalar.

Quanto a isso, Pacco e Gonçalves (2019), consideram que num primeiro momento, foi a França que voltou o olhar para os internos, oriundo da guerra. Posteriormente, foi a Alemanha e os Estados Unidos, principalmente preocupados com o aumento do número de casos de crianças e adolescentes com tuberculose, visto que uma epidemia da doença atingiu este público. Assim, pouco a pouco, diferentes nações em todo o mundo passaram a desenvolver ações nessa área voltadas para aqueles que por diferentes razões se viam excluídos da oportunidade de estudar.

No Brasil, as primeiras práticas remontam a década de 50 do último século, portanto, são ainda muito iniciais. Mas, para Oliveira (2013), pode haver indícios de uma pedagogia hospitalar ainda mais antiga, no Brasil e noutras partes do mundo, quando consideramos experiências em hospitais, desde o século XVII, junto às crianças com deficiência, impedidas de estudar em escolas comuns. Certamente



com um caráter bem diferenciado do que vimos hoje, podemos vislumbrar uma origem muito mais antiga para o atendimento hospitalar.

### **3 SIGNIFICADOS DA PEDAGOGIA HOSPITALAR**

É fato, pois, que como área recente, a Pedagogia Hospitalar ainda tem muito a se desenvolver. Mas, ao longo das últimas décadas, ela vem se tornando cada vez mais recorrente nos estudos pedagógicos, pois, sendo um modo de responder às demandas pela inclusão de grupos “momentaneamente” excluídos, em razão de doença e internação, passa a fazer parte de maneira mais nítida das políticas educacionais. Assim, para os que necessitem se afastar do ambiente escolar por um tempo significativo, a Pedagogia Hospitalar cumpre o papel de manter seu vínculo com a escola, com os saberes, com o conhecimento, eliminando o possível distanciamento educacional e os prejuízos ao desenvolvimento.

Além disso, é preciso considerar que a Pedagogia Hospitalar pode ser vista, também, como um recurso importante para que se garanta educação por toda a vida, a vida toda, conforme defende a UNESCO e outros organismos internacionais (Unesco, 2001). Por outro lado, a Pedagogia Hospitalar também é propulsora de um outro modo de lidar com a educação daqueles que necessitam de adaptações ou adequações curriculares, conforme prevê a legislação em prol da inclusão educacional (Brasil, 1996; Brasil, 2008; Brasil, 2015).

Acrescenta-se a isso o fato de que o atendimento educacional feito em hospital não se volta apenas para o suporte pedagógico, mas, agrega elementos emocionais e psicológicos próprios daqueles que se encontram em condição de adoecimento, sofrimento, comuns ao estado de internação. Portanto, não é só direito à educação que está sendo garantido, mas, sobretudo, às questões de saúde, bem estar, tão necessárias à infância e tão conflitantes na adolescência. Aspectos que vão muito além do espaço físico da escola são observados e respeitados na Pedagogia Hospitalar.

### **4 PEDAGOGIA HOSPITALAR E ASPECTOS LEGAIS**

A fim de garantir o direito ao atendimento hospitalar, a legislação brasileira é clara, através da nossa Constituição, da própria Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 (1996), da Lei nº 13.716 (2018) e de outros dispositivos legais. É notório, no caso brasileiro, o grande leque de normativas que defendem a educação como direito de todos, portanto, de uma educação inclusiva, onde ninguém pode ter tal direito negligenciado. Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) destaca em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, Art. 205).

Tomando como base o que defende o referido artigo, é possível entender que se a educação é um direito de todo cidadão, é, portanto, direito do estudante quando se encontra em condição de adoecimento e internação, não podendo ser suprimido tal usufruto, nem justificada sua impossibilidade de acesso. Desse modo, sempre que o estudante não puder ir à escola, a escola deve ir até ele. Conseqüentemente, pode-se entender a Pedagogia Hospitalar como uma grande parceira da inclusão.

Na mesma direção, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1989) que assegura o direito à educação a todas às crianças e adolescentes, com a garantia de igualdade no acesso e na permanência, sem cogitar nenhum tipo de discriminação ou exclusão. Assim, fica evidente que não se admite nesse estatuto que alguma criança ou adolescente perca a oportunidade de estudar, muito menos em razão de adoecimento ou internamento.

Dentre a vasta expansão dos eixos que norteiam o cenário educativo, ressaltamos, ainda o papel que assume o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo, através da Resolução nº 41 (1995), onde se apresentam algumas diretrizes que devem ser aplicadas com total responsabilidade, com atenção especial às crianças e adolescentes hospitalizados. Nessa resolução, destacamos o item 9 que defende que é preciso garantir o “direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do curriculum escolar durante sua permanência hospitalar” (Brasil, 1995, item 9).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 (1996), no Art. 22, se defende que a educação básica tem por finalidades: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996, p 17). E, de maneira complementar, temos a Lei 13.716 (2018) que altera da LDB, no Art. 4º, quando afirma que deve ser:

[...] assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (Brasil, 2018, Art. 4º).

De acordo com Silva *et al* (2017, p. 10), se “a finalidade da educação é desenvolver o educando”, faz-se necessário entender que “a educação está inserida em todos os âmbitos sociais”, portanto, ela “é direito de todos”, inclusive dos que estão internos. Assim, cabe à formação do Pedagogo/a, promover discussões, estudos e reflexões que o/a capacite “para intermediar ações educacionais” que extrapolem o âmbito da escola. “Essas ações podem ser aplicadas no âmbito escolar (instituições de ensino públicas e privadas) e não escolar (empresas, hospitais, residências)”.

No Brasil, a Pedagogia Hospitalar remonta à década de 30. Conforme Cavalcante, Guimarães e Almeida (2015), a impossibilidade dos educandos em frequentar as escolas é o fator principal para a criação das classes em ambientes não escolares. Essa iniciativa, sem dúvida, é alicerçada a partir de

princípios morais que no caso brasileiro foram paulatinamente construídos. O direito à educação ampliou aos internos a possibilidade de continuar estudando, ainda que em condições adversas.

A literatura na área evidencia que foi em 1939, com a criação do Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada (CNEFEI), que o país dá um passo importante no intuito de formar professores para atuar em hospitais e institutos especiais. O Centro tinha como missão mostrar que a escola não é um ambiente fechado e que pode adaptar suas atividades de acordo com a necessidade de cada estudante. Nesse mesmo ano, o cargo de professor hospitalar foi efetivado.

Pacco e Gonçalves (2019) afirmam que, embora alguns estudos apontem que as classes hospitalares existiam desde o início do século XX, com o atendimento pedagógico destinado aos pacientes com deficiência física, não podemos afirmar que constituía, de fato, uma experiência de Pedagogia Hospitalar. E destacam o fato de que é somente na década de 50 que surgem os primeiros documentos escritos a respeito desse tipo de Pedagogia no nosso país.

Um dos primeiros registros do atendimento em hospital se deu na cidade do Rio de Janeiro, no Hospital Menino Jesus, onde eram ministradas aulas individualizadas pela professora *Lecy Rittmeyer*. De lá para cá, muita coisa mudou e é possível evidenciar, ao longo dos anos, a constante evolução e o reconhecimento da importância das classes hospitalares inseridas na política educacional brasileira, o que fez com que o serviço se ampliasse pelos quatro cantos do Brasil.

## **5 A EXPERIÊNCIA COM A PEDAGOGIA HOSPITALAR NO HULW**

A fim de complementar nossas reflexões sobre a Pedagogia Hospitalar, realizamos um estudo tendo o HULW (Hospital Universitário Lauro Wanderley) e, mais especificamente o projeto de extensão “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado” como foco de estudo e referência. Nossa intenção foi ilustrar o papel da Pedagogia Hospitalar em prol da política educacional inclusiva, tomando a realidade da Paraíba para análise.

Para tanto, nos pautamos nos estudos de Souza (2017), Araújo (2017), ambos em nível de TCC (trabalho de conclusão de curso) e Medeiros (2018) em nível de Mestrado, sendo todos realizados em cursos da UFPB. Adicionamos aos dados coletados nesses referenciais, as respostas da entrevista realizada com a professora coordenadora do projeto de extensão em foco.

Segundo Souza (2017), a experiência em Pedagogia Hospitalar surge somente no ano de 2001, através do projeto de extensão denominado “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado: Trabalho Alternativo para o Pedagogo”. O projeto, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), por intermédio do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), é desenvolvido pelo Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP) do Centro de Educação (CE), sob a coordenação da Professora Janine Marta Coelho Rodrigues. Funciona até hoje de modo ininterrupto e atende as crianças e adolescentes hospitalizados no setor de Pediatria do

Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), na cidade de João Pessoa. Os atendimentos pedagógicos coordenados pela professora, são realizados por estudantes (bolsistas e voluntários), na maioria oriundos do curso de Pedagogia da UFPB.

Segundo Medeiros (2018), embora o objetivo do projeto seja reconhecido pelos gestores do hospital, os mesmos não assumem nenhuma responsabilidade junto a ele. Assim, o mesmo parece funcionar de maneira independente dentro do ambiente hospitalar, ainda que contribua direta ou indiretamente na dinâmica hospitalar das crianças e adolescentes.

Segundo a coordenadora do projeto, ele “visa oportunizar às crianças e adolescentes a vivenciarem atividades pedagógicas, servindo para recuperar o período que esteve ausente na escola”, além de oferecer atividades dinâmicas e prazerosas, quebrando a rotina hospitalar. Além disso, também constituiu para os estudantes de Pedagogia da UFPB um importante campo de estágio, capaz de ampliar a ação do/a pedagogo/a para outros espaços institucionais (SIC).

Segundo dados fornecidos pela coordenação, são desenvolvidas atividades lúdicas de escolarização num espaço específico - a brinquedoteca do hospital, normalmente chamada pelos/as internos/as: de "escolinha do hospital". Nesse espaço os pedagogos e pedagogas realizam atividades que estimulam a revisão dos conteúdos curriculares comuns ao ciclo de estudantes dos respectivos/as internos/as. Essas atividades contemplam as áreas de matemática, linguagem, ciências, estudos sociais, artes. São elaboradas de maneira lúdica, promovendo a aprendizagem e a convivência social de forma prazerosa.

Quanto a isso, Medeiros (2018, p. 10) destaca que, os gestores confirmam a existência e relevância do projeto, consideram que o serviço hospitalar oferecido pode, de fato, “auxiliar no processo educacional das crianças e adolescentes internados, assim como contribuir no processo de recuperação das mesmas”. Mas, ainda assim, fica evidente que “os administradores não tem participado, planejado ou discutido sobre o assunto” com aqueles que realizam o projeto de Pedagogia Hospitalar.

Segundo Souza (2017), os/as acompanhantes dos pacientes, geralmente, se envolvem na atividade da “escolinha do hospital”, utilizando esses momentos para relaxar e escapar do cotidiano hospitalar, marcado por horários, procedimentos, preocupações etc. Tal fato, ao que nos parece, impacta positivamente o dia a dia das crianças e adolescentes internos e, também suas famílias, segundo relatos de participantes do projeto Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado: Trabalho Alternativo para o Pedagogo. Sendo assim, deveria ser mais valorizado pela estrutura hospitalar como um todo.

É importante destacar, conforme aponta a coordenadora do projeto, que o mesmo integra o Núcleo de Estudos Projetos e Pesquisas sobre Formação Docente – NEPEFS, também coordenado pela Professora Janine Marta Coelho Rodrigues, o que proporciona aos integrantes uma articulação fecunda

entre a pesquisa e a extensão, provocando importantes reflexões na área, conforme atesta a coordenadora, ao afirmar que ao longo de seus 18 anos de existência, o projeto contou com a participação de 23 estudantes na condição de extensionistas. Destes, 18 foram bolsistas do projeto.

Desde sua execução, a Professora Doutora Janine relata que o projeto foi tema de 21 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 04 dissertações, 02 teses e 18 artigos. Propiciou a participação de 16 publicações em congressos e simpósios nacionais e 05 internacionais. Além de 06 mini cursos e 04 seminários. Diante disso, é importante constatar o destaque que essa temática vem conquistando no decorrer dos anos em espaços educacionais e de formação, uma vez que proporciona o entendimento do conceito e de como a Pedagogia Hospitalar é exercida.

Além do curso de Pedagogia, o projeto “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado”, já abriu espaço para outros estudantes de diferentes cursos da UFPB especialmente como campo de pesquisa para TCC, monografia, dissertação e tese.

Por outro lado, conforme diz Araújo (2017), é preciso discutir e ampliar o debate sobre os desafios e as possibilidades de atuação do pedagogo no ambiente hospitalar, a fim de que este profissional seja valorizado, no que se refere ao atendimento educacional de crianças e jovens hospitalizadas. Corroborando com tal afirmativa, a coordenadora do projeto “Atendimento Psicopedagógico à criança e ao Adolescente Hospitalizado: Trabalho Alternativo para o Pedagogo” destaca o fato de que são mais de 4.000 internos e mais de 1.000 acompanhantes envolvidos nas atividades realizadas semanalmente.

De fato, é um número bastante expressivo e que merece ser valorizado. No hospital, há uma rotatividade de crianças e jovens, tendo em vista que o tempo de permanência hospitalar é muito variado de interno/a para interno/a. Tal rotatividade é um grande desafio para os/as pedagogos/as, pois as atividades precisam ser atualizadas semanalmente, tendo em vista que os estudantes internos de uma semana podem não ser os mesmos na próxima semana – seja porque tiveram alta, foram transferidos ou porque vieram à óbito.

Desse modo, a relação entre pedagogo e interno pode ser rápida ou duradora, mas, na dinâmica hospitalar, o que mais tem importado é que essa relação seja afetiva e verdadeira e que amenize dores, estimule esperança e provoque alegria pelo tempo que for possível. Portanto, a Pedagogia Hospitalar não pode passar ao largo da inclusão, pois que carrega consigo respeito e solidariedade, como as molas mestras de suas ações.

## **6 CONCLUSÕES**

As reflexões feitas ao longo desse estudo demonstraram que há diferentes espaços de construção de saber, e que o hospital é mais um deles. Portanto, a prática pedagógica desenvolvida no





hospital, junto às crianças e jovens hospitalizados traz consigo um caráter diferenciado – o de ser inclusivo, pois que trabalha com as diferenças entre sujeitos, condições e ambientes.

Nessa perspectiva, a Pedagogia Hospitalar é uma das principais parceiras da inclusão como política ampla e que não se limita a grupos específicos, tendo em vista, que a hospitalização não é privilégio de alguns. De fato, qualquer pessoa pode vir a ficar internada por razões as mais diversas. E, tratando-se de crianças e adolescentes precisam ter seus direitos educacionais garantidos, já que é isso que defende nossa legislação.

Por outro lado, o estudo nos fez ver que a Pedagogia Hospitalar, também, estimula no pedagogo a criatividade, a flexibilização de suas práticas, além da inovação dos recursos, respeitando as condições efetivas do estudante interno. De fato, é uma vivência altamente enriquecedora para os pedagogos e as pedagogas.

Dessa forma, pode-se considerar que a Pedagogia Hospitalar proporciona à criança e ao adolescente, o direito à educação, conforme prevê nossa legislação, e busca fazer isso de um lugar absolutamente novo para a maioria dos educadores – no hospital, considerado um ambiente inóspito. Então, o grande desafio que se apresenta a/ao Pedagoga/o Hospitalar é levar ao estudante, ainda que numa situação de sofrimento, obter satisfação em aprender.

Por isso, para os pedagogos hospitalares, não basta que os/as estudantes internos/as tenham condição de continuar o processo de escolarização, sentindo-se incluídos na rede de ensino. É preciso que os momentos educativos promovidos pelo/a pedagogo/a hospitalar possibilitem amenizar as dores, o tédio e os medos próprios da condição de internamento.

Em geral, a proposta de atendimento é individualizada, devendo o/a pedagogo/a construir cada etapa junto ao estudante e a sua família, levando em consideração, ainda, os pareceres e orientações dadas pela equipe médica que acompanha o paciente e demais profissionais envolvidos no tratamento.

Por fim, achamos prudente considerar que o adoecimento e a internação acarretam inúmeros desafios à aprendizagem, tais como: ansiedade, medo e angústia. E esses sentimentos são aumentados à medida em que se demora a internação, em detrimento da ausência da sua antiga rotina, sobretudo com a família e com a escola, onde se concentram a maioria dos amigos e amigas. Por essa razão, compreendemos que a Pedagogia Hospitalar não se encerra numa ação apenas educativa, mas, é também uma ação afetuosa e de esperança aquele que encontra-se excluído de tudo – inclusive do lar.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. L. A educação como direito fundamental inserida em ambiente hospitalar. 2017. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3843>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 41/1995. Direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Brasília, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Distrito Federal: Presidente da República, 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_). Acesso em 15 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Assegura o atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília: Distrito Federal, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm). Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, 2015.

CAVALCANTE, M. S. M.; GUIMARÃES V. M. A.; ALMEIDA, S. E. S. Pedagogia Hospitalar: Histórico, Papel e Mediação com Atividades Lúdicas. 9º Encontro Internacional de Formação de Professores, Aracaju, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1261/58>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ESTEVES, Cláudia R. Pedagogia Hospitalar: Um breve histórico. 1. ed. São Paulo: Pedagogia ao pé da letra, 2008.

HOLTZ, M. L.M. Lições de Pedagogia Empresarial. 1. ed. Sorocaba: MH Assessoria Empresarial Ltda, 2006.

KOCHEM, Andriélen Regina. A pedagogia hospitalar no percurso formativo das estudantes do curso de Pedagogia: um estudo do currículo do curso da Universidade Estadual e da Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199680>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MEDEIROS, M. M. O direito à educação e as classes hospitalares: discurso de gestores de um hospital-escola. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12983>. Acesso em: 05 nov. 2023.



OLIVEIRA, T. C. de. Um breve histórico sobre as classes hospitalares no Brasil e no mundo. XI EDUCERE: Curitiba, 2013.

PACCO, A. F. R.; GONÇALVES, A. G. Contexto das Classes Hospitalares no Brasil: Análise dos Dados Disponibilizados pelo Censo Escolar. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 197-212, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2019.v6n1.14.p197>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. Edição 41. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, I. S.; GONÇALVES, L. C. S.; OLIVEIRA, R. S.; ARAÚJO, S. G.; SANTOS, L. A. O pedagogo e seus campos de atuação na contemporaneidade. Revista Pluriversitário, Salvador, Ano I, Vol. I, 2017. Disponível em: <https://faculadamentessoriano.edu.br/o-pedagogo-e-seus-campos-de-atuacao-na-contemporaneidade/>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Ana Cristina Soares de. A Prática Pedagógica No Ambiente Hospitalar: um estudo de caso no HULW. 2017. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2559>. Acesso em: 12 out. 2023.

UNESCO, CONSED. Educação para todos: o compromisso de Dakar. Brasília: Ação Educativa, 2001.